

VESTÍGIOS DE DEMOCRACIA: OS SERINGUEIROS E O CAMPO POLÍTICO DO ALTO ACRE

VESTIGES OF DEMOCRACY: RUBBER TAPPERS AND THE POLITICAL FIELD OF ALTO ACRE

João Maciel Araújo

Introdução

Frequentemente, concepções exteriores da Amazônia são permeadas pela imagem de lugar mítico e místico, de inúmeros mitos e místicas que exercem fascínio a quem lhe conhece através da mídia, ou pelas passagens mais ligeiras em suas capitais. Exotismo, magia, rituais sagrados, em que o ser humano é totalmente impotente diante da potência da natureza ou da potência de deuses e xamãs. Algumas vezes próximos, e paradoxalmente distantes, cientistas, políticos ufanistas e empresários, tentam encontrar um ponto para se firmarem neste suposto deslumbrante universo colorido e úmido, que estaria ao gosto das conquistas e da glorificação de heróis de todas as áreas.

No plano humano, por vezes ainda imersa no campo da sacralidade, a Amazônia se constitui território em disputa. Aí se desenrolam uma miríade de encontros e desencontros no tempo e no espaço. O explorador europeu que encontra, diverge, repulsa e acredita que os “selvagens” têm que mudar seus modos de vida; séculos depois o reencontra e conclui que agora deve adotar os pontos de vista e os modos de viver dos “selvagens”. O seringueiro subsiste primitivamente, embrenhado no mundo selvagem, enquanto seu trabalho é devotado ao desenvolvimento revolucionário da industrialização de um remoto mundo moderno; um século depois o mundo moderno, industrializado, o alcança e o quer aniquilar; décadas depois o seringueiro incorpora artefatos do mundo moderno ao seu cotidiano. Olhando desta forma, a Amazônia não possui uma dinâmica diferente, pois aqui, também se processam as contradições humanas e dilemas sociais, de múltiplas alteridades, encontradas em qualquer parte do planeta.

Propormo-nos a conceber a Amazônia como construção social é perceber uma parte do continente, que há mais de 500 anos é povoado por agrupamentos que tiveram suas lutas por territórios modificadas, pela intrusão do colonizador que o dividiu em diferentes nações, ignorando suas demarcações. É perceber um colonizador que foi empurrado, levado em diferentes correntes (às vezes acorrentado), de todos os lados e terras, desembarcou de navios, de caminhões, ônibus, trens e avião. Seu destino (ponto de chegada) é mais perto ou mais remoto, às vezes em constante movimento/deslocamento, dependendo das lutas que trava em seu cotidiano.

A partir dos anos 1990, as lutas dos povos tradicionais da Amazônia têm sido objeto de estudos de diferentes áreas do conhecimento. Neste sentido, ganharam relevo os processos de resistência protagonizados por estes grupos, especialmente no que concerne sua insurgência contra projetos estatais que ameaçam sua permanência em seus territórios. Sem sombra de dúvidas, a introdução das Reservas Extrativistas - Resexs no arranjo jurídico brasileiro de posse da terra, possui destaque e projeção internacional, dada a repercussão da resistência dos seringueiros do Acre, que culminou com o assassinato do líder sindical Chico Mendes em 1988, no município de Xapuri, região do Alto Acre. Sendo assim, o caso dos seringueiros do Acre é lido na chave dos processos de resistência e busca de emancipação das classes oprimidas (PAULA, 2016); do estabelecimento de redes de relacionamento de

pressão de grupos marginalizados ao Estado (ALLEGRETTI, 2002); e de originalidade da resistência camponesa em contextos de fronteira agropecuária (SILVA, 2004); para mencionar somente algumas possibilidades de leitura. As conclusões a que chegam estes estudos transitam entre visões pessimistas e otimistas do desfecho a que chegaram os seringueiros.

A ideia central do presente trabalho é de que a partir do final do século XX os seringueiros do Alto Acre alteraram sua condição e obtiveram reconhecimento social, oportunizando a estabilidade territorial conquistada pela demarcação das Resexs e a participação político-partidária, tornando-se atores sociais ativos nas disputas em torno do poder local. Esta situação se dá nos limites de um processo marcado por descontinuidades, contradições, transformações e resistências na relação com o Estado. A originalidade de sua conquista do direito de permanência na terra e a participação política efetiva na esfera institucional, que delineiam os processos vividos pelos seringueiros do Alto Acre a partir da última metade dos anos 1990, permitem uma singular reflexão sobre a atualidade da reforma agrária e da democracia no Brasil.

Buscamos lançar luz sobre os diferentes agentes, as contradições, a articulação entre temáticas e estratégias distintas, de maneira a contrastar visões que reduzem a noção de democracia à um mero “formalismo democrático” – não obstante a constatação de que neste caso isto esteja presente, através da predominância de alternância de certas elites no poder, ou no controle de partidos e estabelecimento de alianças que deslocam e corrompem demandas que partem “de baixo”. Levando em conta o [concreto] contexto no qual a vida dos seringueiros do Alto Acre foi, e está sendo vivida, neste texto, democracia está mais associada à perspectivas que a compreende como um processo de conflito, mas, de liberdade e de possibilidades de conquista de reconhecimento, não somente delineada pelo olhar do observador, senão buscando contemplar também as representações dos sujeitos da ação (GOLDMAN, 2006).

A concepção de “processos políticos” está referida ao *campo político*, como campo de lutas, onde competindo para manter ou alterar sua estrutura os agentes geram conceitos, propostas e programas que produzem uma representação do mundo social explicitamente formulada. Por sua vez, a noção de partido baseia-se na explicação de Bourdieu (2010, p. 174), sobre este instrumento de objetivação da competição que visa o poder simbólico de impor uma di-visão de mundo, mas também o poder sobre os poderes públicos: “os partidos devem [...] elaborar e impor uma representação do mundo social capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos e, [...] conquistar postos capazes de assegurar um poder sobre os seus atributários”.

O reconhecimento dos seringueiros, ou seja, sua nova posição no espaço social do Alto Acre se dá concomitantemente a uma série de mudanças que se operam no âmbito produtivo, organizacional e representativo, de hábitos alimentares, de modificação de padrões da moradia, de religião, de relações intra e interfamiliares, comunitárias, de modificações das vias de transporte e comunicação e etc. Na base deste reconhecimento está a liberdade obtida pela conquista da terra e o acesso a certos direitos e bens, uns diretamente ligados à condição de beneficiário da reforma agrária, outros ligados à condição sócio-histórica inerentes à democracia e suas ressignificações, a partir de 1988.

No intuito de utilizar uma abordagem que permita captar as relações estabelecidas pelos diferentes agentes sociais envolvidos no processo analisado, o trabalho está baseado em observações diretas, conversas informais e entrevistas realizadas em Resexs, durante as décadas de 1990 e 2000¹, pesquisa bibliográfica e análise documental. Analisamos a região de influência da rodovia BR 317, no Alto Acre, neste estudo considerando os municípios de

Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil, no Estado do Acre², um importante polo de resistência dos seringueiros a partir da década de 1970. A referência temporal a qual nos detemos, inicia-se na década de 2000 e a referência empírica consiste nas comunidades do São Luiz do Remanso, no Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE Remanso, município de Capixaba; Comunidade Cachoeira, no PAE Chico Mendes e Comunidade Rio Branco, na Resex Chico Mendes, no município de Xapuri; e Comunidade da Aurora, localizada no PAE Santa Quitéria, município de Brasiléia.

Dialogamos com trabalhos acadêmicos que expressam diversas abordagens e afiliações teórico-metodológicas, de diferentes pesquisadores, que acompanham a trajetória dos seringueiros do Acre no geral e desta região em particular. Aqui está presente também a influência da literatura em forma de romance histórico e textos jornalísticos. Quanto à análise de documentos, os quais a demanda geralmente partiu de um depoimento, ou na constatação de um fato observado em campo, usamos variadas fontes e metodologias. Para o que chamamos de “áreas extrativistas”, as estatísticas eleitorais mostram resultados da votação em seções localizadas na Reserva Extrativista Chico Mendes – Resex CM: (3 em Assis Brasil, 3 em Brasiléia e 3 em Xapuri); 2 no PAE Remanso; e 1 no PAE Chico Mendes.

É possível que, sobretudo em razão do recorte temporal e do enfoque empírico, este trabalho apresente novos elementos para análise da situação atual dos seringueiros desta região. Somam-se a esta introdução duas seções: na primeira procuramos apresentar evidências do reconhecimento dos seringueiros enquanto grupo sociocultural que passa a acessar certos direitos; a segunda seção apresenta alguns elementos que demonstram o envolvimento e trajetória dos seringueiros nos espaços de disputa pelo poder local, através da eleição a cargos políticos. Nas considerações finais articulamos as ideias das seções precedentes.

1 O processo de Luzia, ou, um esforço para reconhecer o reconhecimento

Em junho de 2014, parte da imprensa acreana difundiu um *release* produzido pela assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça do Acre, no qual noticiava uma sentença proferida pelo juiz da comarca de Xapuri. Em linhas gerais, tratava-se de um processo iniciado em 5 de maio de 2009, no qual o juiz condenou o Estado do Acre a pagar por danos materiais e morais a uma paciente do serviço público de saúde, conforme mostra o fragmento abaixo:

[...] O magistrado entendeu que houve “conduta negligente da equipe médica pertencente ao Hospital de Xapuri”, que tardou em tomar a decisão de encaminhar a autora a um hospital onde fosse possível a realização de parto cesáreo, o que resultou na morte da criança.

Entenda o caso

Luzia Pereira da Silva alegou à Justiça que em decorrência de uma gravidez buscou atendimento médico junto ao Hospital Epaminondas Jácome, no município de Xapuri, na madrugada do dia 28 de março de 2008, tendo sido informada de que a dilatação (primeira fase do parto) já havia começado e que o procedimento a ser adotado seria o de parto natural.

No entanto, como todos os exames realizados durante o pré-natal apontavam para a necessidade realização de parto cesáreo em razão de um problema de saúde, a autora informou à equipe médica acerca dessa condição, apresentando, inclusive, os exames que comprovariam o diagnóstico.

Os profissionais, porém, mantiveram a indicação de parto normal, apesar dos protestos da autora. [...]

[...] Ainda assim, só às 21h30min a autora foi finalmente deslocada para a capital em caráter de urgência, sendo que ao chegar à Maternidade Bárbara Heliodora novamente foi reencaminhada, dessa vez em razão da ausência de vagas, para o Hospital Santa Juliana, onde ficou constatado que a criança já estava morta.

Por esses motivos, a autora ajuizou a ação indenizatória nº 0000360-95.2009.8.01.0007, requerendo a condenação do Estado do Acre ao pagamento de indenização por danos morais em razão de erro médico.

Sentença

Apesar das alegações do Estado do Acre de que houve, no caso, a ocorrência de força maior ou caso fortuito, o que em tese implicaria na responsabilidade subjetiva (sem obrigação de indenizar) do Ente Público, para o juiz Luís Pinto “restou clara a conduta negligente por parte da equipe médica do Hospital”. [...]³

É verdade que o Estado recorre da sentença até hoje (abril de 2019) e que não desembolsou um só centavo à paciente, mas, em nosso entendimento, apesar de não concluído, este episódio é muito significativo para a compreensão do que veio a ser a posição dos seringueiros do Alto Acre neste início de século.

Luzia é a quinta dos nove filhos (sendo 5 mulheres) do casal Beatriz e Raimundo. Nascida em 1975, nos seringais de Xapuri, portanto, fazendo parte da terceira geração de seringueiros nascidos no Acre, Luzia partilha a dolorosa experiência de perder uma filha, vivida tanto por sua mãe, quanto por sua avó materna. A diferença entre seu caso, o de sua mãe, de sua avó e de milhares de outras mulheres que habitaram os seringais da região do Alto Acre, é que Luzia judicializou uma ação contra o Estado, com base num direito que a ela é garantido, que por mais que houvesse previsão, as gerações anteriores de mães daquela região desconheciam, até o início da década de 1990, assim como toda sorte de direitos sociais que eram negados aos seringueiros como um todo.

Independente do desfecho do processo, Luzia e seu companheiro, juntamente com sua primeira filha, hoje com 17 anos, vivem no Seringal Floresta, juntamente com seus pais e mais três de seus irmãos (também com família nuclear), numa colocação⁴ próxima ao seu local de nascimento. Assim como os demais moradores da Comunidade Rio Branco, cujo núcleo fica a cerca de 30 km da sede do município de Xapuri, a família de Luzia experimenta várias mudanças culturais, econômicas e sociopolíticas, ocorridas desde a insurgência dos seringueiros e a criação da Resex Chico Mendes, em 1990. Este fato parece prosaico, não fosse o fato de que até a década de 1980, os seringueiros serem tidos como grupo em extinção, devido às intenções do planejamento econômico formulado pelo governo federal para a região (ALMEIDA, 2012).

A repercussão de tais planejamentos na esfera local implicou a reconfiguração das hostilidades até então vividas pelos seringueiros desta região, através de um processo que articulava o desprezo das antigas elites vinculadas à economia da borracha, à avidez por lucros dos investidores recém-chegados do centro-sul do país e a truculência do aparelho de Estado, com o objetivo de expulsarem os seringueiros da terra para implantar grandes fazendas de produção de carne bovina. Na prática este processo não representava somente a cooperação de autoridades locais para a expulsão dos seringueiros de suas terras, através das ações fraudulentas do que então era chamada “regularização fundiária”, representava também a total marginalização dos seringueiros em relação aos direitos civis, sociais, políticos e

humanos, que em muitos casos culminava com sua fuga para a Bolívia e, sobretudo, para as periferias das cidades.

Uma matéria intitulada “Porque transferiram o doutor”, publicada no jornal o Varadouro em março de 1978, relata um caso envolvendo uma trabalhadora rural no hospital do município de Brasília, que de certa forma nos ajuda a montar uma imagem do que consistia a [não] relação dos seringueiros com os serviços públicos de saúde:

[...] Para se conseguir atendimento médico naquela casa de saúde é preciso ‘ter sorte’, o que essa senhora não teve: naquele dia, o médico Assuero de Carvalho estava comemorando um aniversário em sua residência e não quis interromper a festa só para ir atender a parturiente que, segundo algumas enfermeiras, estava precisando urgentemente de uma cesariana. Resultado: no dia seguinte, quando já havia terminado a festa, o Dr. Assuero e o médico de Cobija (Bolívia), que presta serviços naquele hospital, foram atender a mulher, mas a criança já estava morta no ventre da mãe e à esta o médico boliviano deu o seguinte diagnóstico: ‘se operar morre, se não operar, morre também’. E foi o que aconteceu. (P. 7. Jornal o Varadouro, Ano I, Edição n 8, de março de 1978).

Este fato, assim como outros relatados pelo mesmo jornal ao longo de sua existência no final dos anos 1970 e início dos 1980, nos dá uma ideia do tratamento dispensado aos seringueiros daquela região. Ademais, a exemplo do que ocorrera tanto com a mãe e a avó de Luzia, sabe-se que milhares de outros casos de complicações relacionadas à gravidez, sequer eram levadas aos hospitais da região, a ponto de não existir um registro confiável sobre a mortalidade infantil ou materna⁵. Como é sabido, nesta região, até os anos 1990, era muito comum que as mulheres contabilizassem os filhos a que dera a luz, fazendo uma distinção entre os que criara e os que perdera.

Nossa interpretação estabelece uma relação do descaso do poder público para com os seringueiros, com o fato de à época os administradores locais serem definidos com base na outorga de poderes a partir da nomeação feita pelos governantes em nível estadual e federal. Não obstante a tardia emancipação do Acre, chegando à categoria de Estado em 1962, o golpe de 1964 lançou seus municípios na lei de segurança nacional, o que implicava a não eleição direta dos prefeitos. Ademais, o campo político era dominado pelos herdeiros dos postos de elite da economia da borracha, não havendo participação de representantes das classes trabalhadoras.

A busca da evidenciação de motivações simbólicas que orientam as ações cotidianas das diferentes gerações de seringueiros, relacionadas à política, nos aproximou da noção de *insulto moral*, apresentado por Cardoso de Oliveira (2004) como ponto que contribui para melhor compreensão de tensões e reivindicações de reconhecimento de identidades e busca de cidadania em sociedades que se pretendem democráticas. Nesta perspectiva são consideradas as relações entre razão e sentimento, que permeiam o plano das atitudes e intenções dos atores. Sobretudo entre os seringueiros das gerações mais velhas, há uma ênfase em afirmar que para além da conquista da terra, sua resistência foi motivada pela busca de “consideração e respeito” num contexto local de hostilidades explícitas, até os anos 1980, o que as gerações mais novas não teriam conhecido. Neste caso, também dialogamos com o que preconiza a ideia de *luta por reconhecimento*, que segundo Axel Honneth (2003), tendo o conflito como base da interação, pode ser desencadeada em situações de *desrespeito social*.

O infortúnio de Luzia se dá num momento em que os seringueiros do Alto Acre há algum tempo experimentavam uma ambígua relação com a política, mas que os havia inserido nos processos de disputas em torno das instituições do Estado. Após a conquista das Resexs e consequente garantia de permanência na terra, cuja força motriz fora o sindicalismo rural

associado a movimentos ambientalistas (ALEGRETI, 2002; CUNHA, 2010), observa-se uma guinada da estratégia de atuação política através da via partidária, notadamente pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Em relação a serviços de saúde pública, especificamente, cabe destacar que de acordo com informações do Ministério da Saúde, Xapuri ingressa no século XXI com cerca de 73,5% da população rural atendida pelo Programa Saúde da Família⁶. Ao fim e ao cabo este é o período de retomada da democracia no Brasil.

2 Porque assim é a democracia, ou, seringueiros e dinâmica eleitoral do Alto Acre

Paula e Silva (2005) observaram que a partir da segunda metade da década de 1990 sobressaía-se muito claramente a estratégia de líderes seringueiros de Xapuri na disputa quanto aos cargos eletivos locais, em detrimento de outras formas de atuação que mantivesse a amplitude do projeto alternativo representado pela emergência daquele campesinato nas décadas anteriores. Da perspectiva destes autores, a subordinação que se percebia na atuação do STR e o foco nas disputas locais, imporiam limites decisivos para minimizar o potencial da ação dos seringueiros enquanto projeto alternativo. Porém, da perspectiva dos camponeses, assim como se observa em relação a populações indígenas do Acre⁷, ao que tudo indica, a atuação na esfera local sempre fora um dos motores de sua emergência.

Se como instância de monopólio da violência física, fiscal e simbólica o Estado (BOURDIEU, 2014) é fundamental no processo de reconhecimento de direitos dos indivíduos, até o fim da década de 1970, seria impossível vislumbrar a cidadania para os seringueiros do Acre, dada às tentativas deliberadas de sua exclusão das instituições. Em relação a este período, é pertinente considerar as observações de Oliveira (2016) a respeito do contexto de frentes de expansão da fronteira, que tem no estabelecimento de assimetrias no acesso à cidadania um mecanismo de subordinação de agentes nativos.

Ao observarmos a atuação de Chico Mendes como vereador de Xapuri, no período de 1977 a 1982 (GRENZER, 2013), fica evidente que a disputa no campo político, com a finalidade de ocupar as instâncias constitutivas do Estado por meio das eleições, jamais esteve ausente do horizonte da luta dos seringueiros do Alto Acre. Tanto é assim que uma consulta às relações de filiados ao PT, nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri revelará a sobreposição de nomes que eram ao mesmo tempo lideranças sindicais daquele período (FERNANDES, 2018). Ademais, têm-se os registros das candidaturas de certas lideranças seringueiras, inclusive de Chico Mendes, a cargos eletivos estaduais e municipais por este partido. São esclarecedoras as curiosidades em torno da articulação da candidatura de um expadre à prefeitura de Xapuri, em 1988. Com base no resultado das eleições de 1985, a decisão de lançar aquele candidato pelo PT seria uma tentativa de contornar a rejeição dos cidadãos aos seringueiros.

Os seringueiros de Xapuri esperaram por mais duas eleições para elegerem um candidato que os “representasse”, conforme ficou nítido na incomum comemoração durante a grande festa popular após a divulgação do resultado das eleições de 1996. Neste aspecto creio ser pertinente a discussão feita por Cardoso de Oliveira (2004) que amplia a noção de cidadania para além da concepção comumente aceita, como um conjunto de direitos civis, sociais e políticos, que se lega na esfera individual. Tal ampliação insere o quesito da *substância moral das pessoas dignas*, manifesta pela reivindicação de reconhecimento de identidade, ou de *consideração*. A comemoração, após a divulgação do resultado da votação, ganhou contornos de extravasamento frente a anos de discriminação e insultos morais, de depreciação da condição do seringueiro, nas atitudes de moradores do núcleo urbano. Meses depois, seringueiros das comunidades acorreram à Xapuri em apoio ao prefeito, num controverso, inédito e fracassado processo de *impeachment*.

Cumprir destacar a imbricada relação dos seringueiros com o PT, pois considero que as abordagens a respeito têm sido realizadas em termos maniqueístas: seja por situar os seringueiros como centrais e prevaletentes nas diretrizes da atuação deste partido no Acre; seja pela interpretação de que estes seriam meramente manipulados em torno de questões eleitorais, dominadas por interesses das classes historicamente vinculadas ao poder econômico local e internacional. No entanto, este partido propiciou que lideranças seringueiras ocupassem cargos eletivos nas Câmaras e prefeituras da região, embora inegável que a ênfase nas disputas eleitorais ocasionou certas modificações nas perspectivas inicialmente encontradas na luta dos seringueiros.

Com o fim da restrição às eleições diretas municipais, em 1984, os seringueiros puderam almejar cargos majoritários nas prefeituras da região, como instrumento de fortalecimento de suas reivindicações, sendo estratégico o engajamento em um partido não dominado pelas elites políticas locais. No ano 2000, além da reeleição em Xapuri, o PT elege os prefeitos dos municípios de Assis Brasil e Brasiléia, sendo os dois primeiros, oriundos de comunidades de seringueiros.

Em contraste com municípios de outras microrregiões do Estado do Acre, entre 1996 e 2016 os municípios de Brasiléia e Xapuri elegeram prefeitos do PT por 4 ocasiões; Assis Brasil, 3; Capixaba 1 vez e mais 2 em coligações das quais o PT fazia parte; e Epiaciolândia, 2 eleições em coligações. Nas Câmaras municipais, o desempenho de candidatos do PT também foram expressivamente maiores que nos demais municípios do Acre, embora na prática, nem todos que tenham sido eleitos por este partido sejam vinculados à luta dos seringueiros, ou tenham se mantido no partido após as eleições (caso de alguns vereadores). Independentemente dos termos empregados nas coligações que influenciam cada mandato, entre os moradores de áreas extrativistas é recorrente a avaliação de que há uma facilidade incomparável no diálogo com a administração local, e conseqüente resolução de suas demandas (melhoria de *ramais*⁸, educação etc), quando o chefe do executivo municipal é um político do PT. Avaliações desta natureza podem ajudar na compreensão de porque mesmo sendo as eleições de 2012 a que indica os piores desempenhos para o Executivo do Alto Acre, os candidatos a prefeito pelo PT em Assis Brasil e Xapuri, derrotados, tenham obtido maioria dos votos nas áreas extrativistas.

Os resultados das eleições gerais, marcadas pela distância entre candidatos a presidência e eleitores, indicam que os moradores de Resexs extrativistas também deram preferência a este partido. Em 2010, sob a gestão municipal de prefeitos petistas, cuja votação foi desfavorável à candidata do PT (a exemplo do resultado no Estado do Acre), a exceção de duas das comunidades de Assis Brasil e Xapuri, sua votação esteve acima de 60% tanto no primeiro quanto segundo turno nas demais comunidades das Resexs. Nas eleições de 2014, ocasião em que as administrações municipais de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri não estavam com o PT, o resultado foi semelhante, inferior a 50% somente em 2 comunidades de Brasiléia.

Adotando antigas estratégias partidárias, houve casos de líderes comunitários que como militantes foram contratados pelo Governo ou mesmo como assessores de parlamentares do PT, o que seguramente influencia na decisão do voto. Assim como a presença dessas pessoas pode de fato facilitar a resolução de certas demandas que atendem o conjunto da comunidade, ela também favorece o clientelismo e a geração de compromissos que são retribuídos na forma de voto. Estes compromissos não necessariamente passam pela concessão de um favor relacionado à administração pública, e sim à esfera pessoal ou familiar, como um empréstimo de dinheiro ou um bem que o eleitor não dispõe em caso de emergência. Palmeira (2010) aponta este tipo de relação como sendo mais determinante na formação de lealdade do voto, do que relações familiares ou afiliações partidárias.

No caso das eleições municipais (mas não só nessas), os resultados das votações nas comunidades são muito influenciados quando algum morador, ou parente das famílias mais influentes que vivem no local ou em comunidades próximas, se lançam como candidatos. Há ainda a influência originada pela existência de laços de proximidade do candidato com a comunidade, muitas vezes estabelecidos em circunstâncias anteriores, não raro, quando o candidato estava à frente de um STR, ou associação de moradores. Esta lógica não se aplica apenas aos candidatos do PT e é cada vez mais frequente que aqueles que historicamente se opunham aos seringueiros e suas causas, ou mais diretamente as lideranças seringueiras, passam a também se aproximarem das comunidades, buscando realizar favores. É relativamente comum que técnicos da extensão rural, ou outros agentes públicos que realizaram trabalhos mais constantes nas comunidades tentem carreira política.

Dois fatores ajudam a compreender certa fidelidade dos camponeses a políticos vinculados ao PT até o início dos anos 2000. O primeiro diz respeito a ausência dos seringueiros da esfera pública até a criação do partido no início dos anos 1980. Esta ausência acarretava sua exclusão da pauta do arranjo político-administrativo, como recorrentemente aludia Chico Mendes em seus pronunciamentos na Câmara de Vereadores de Xapuri (GRENZER, 2013), o que implicava no distanciamento de políticos tradicionais, que por ventura pudesse estabelecer relações de favor e obrigação. O segundo fator deriva do primeiro, pois a inserção destes camponeses na pauta das políticas públicas, como sujeitos de direitos, exige o domínio de procedimentos que seriam facilitados com a mediação de terceiros, como é o caso dos processos de aposentadoria rural que exigia uma série de documentos e trânsito em órgãos públicos. Pela proximidade devido ao trabalho no STR, na Associação, ou mesmo por ser morador da comunidade, não raro esse mediador foi uma liderança ligada ao PT.

É importante registrar que nas comunidades camponesas de seringueiros desta região, a partir da redemocratização, que marca a inserção efetiva de certos líderes no *campo político*, não havia qualquer cuidado em ocultar a preferência pelo PT, por isso, certa unanimidade deste partido até o final dos anos 1990. Neste sentido, era praxe a declaração do voto para mostrar sua *adesão* a um determinado lado da sociedade, o que implica numa relação que vai além do voto daquela eleição (PALMEIRA, 2010). Ademais, havia uma rigorosa vigilância por parte dos líderes sindicais, que eram também líderes comunitários e dirigentes partidários, no sentido de ter o controle eleitoral das comunidades. Entretanto, a partir do ano 2000 a composição da “militância” petista na região será fortemente marcada por servidores provisórios das administrações petistas e com a abertura dos *ramais* e maior circulação dos seringueiros no espaço público, facilitou-se a presença de políticos de outros partidos nas comunidades, abalando a hegemonia petista.

Por um lado, a prática dos dirigentes partidários conduziu ao estreitamento dos laços entre eleitor e determinados políticos, através de discursos que buscam uma personificação das conquistas (terra, *ramal*, aposentadoria, escolas e etc), ao associarem determinadas pessoas às lutas históricas dos seringueiros. É possível que estas práticas produzam efeitos do tipo gratidão. Por outro lado, há indícios de que as gerações atuais (netos dos que se mobilizaram nos anos 1970 e 1980) percebem direitos à cidadania de maneira naturalizada, obrigação dos governos.

Em geral, os moradores dessas áreas possuem certa desconfiança de políticos, julgando-os como não cumpridores de promessas que muitas vezes são criadas por eles próprios. Ou seja, no “*tempo da política*” (período de campanha eleitoral) o político aparece, faz uma, ou várias, promessas, que nem são reivindicações da comunidade e depois não cumpre. Quanto a este comportamento, Palmeira (2010) observou que certas obrigações de retribuição de voto, às vezes são geradas durante o período de campanha eleitoral. É prática

comum que candidatos apoiem a realização de torneios de futebol, doando jogos de uniformes, bolas e troféus aos times.

Por fim, é importante não levar em conta que aqueles que outrora foram declaradamente inimigos mortais dos seringueiros não pararam sua movimentação política na região do Alto Acre. Os moradores do Alto Acre identificam facilmente os sujeitos que representam uma nova elite agrária local. Famílias que, paradoxalmente, se consolidaram enquanto proprietárias de terra, vinculados ao comércio, detentores de grandes rebanhos bovinos, justamente no mesmo período em que os seringueiros desenvolvem suas estratégias de manterem-se nas áreas de Resexs. Tanto em Xapuri, como em Brasília, por exemplo, é sintomático que membros destas famílias possuam áreas de terras nas imediações das Resexs, indicando que se não é pela demarcação destes territórios, seus domínios apresentariam a contiguidade típica do latifúndio. Direta ou indiretamente esses sujeitos se lançam a cargos eletivos e também é constante a representação de seus interesses nas instituições municipais.

Considerações finais

A ênfase no enftamento dos seringueiros aos *paulistas*⁹ e ao capital internacional favoreceu o desenvolvimento de leituras que relegaram ao segundo plano a posição dos seringueiros no espaço social mais imediato. É importante ter em mente que a demarcação das áreas de Resexs não só influenciaram nos “destinos” dos seringueiros, mas também de toda a região, não só no aspecto econômico, mas no estabelecimento de um novo padrão de interação entre moradores do campo e das cidades, conforme se constata nos intercâmbios que passam pelo trabalho, estudos, casamentos, festas e etc.

Procuramos demonstrar que análises da trajetória do movimento seringueiro estritamente em termos de movimentos sociais, pode ofuscar a dimensão da disputa através da via partidária, que conforme demonstramos, sempre esteve presente. Nas circunstâncias atuais da política brasileira sugerir que esta dimensão é ilegítima é correr o risco de somar-se aos discursos antipolítica. Tal postura pode ser observada na imprensa e mesmo em outros agentes que se desvincularam deste grupo por divergências ideológicas ou pessoais, embora eles próprios não tenham abandonado definitivamente a via partidária. Porém, o simples fato de reconhecer esta relação com a via partidária, não significa que a mesma tenha sido a mais eficaz, ou a mais coerente com os princípios que animaram a mobilização inicial.

Em escala nacional, como consequência da proximidade entre o sindicalismo rural acreano das décadas de 1980 com o sindicalismo brasileiro de maneira geral e deste com o PT, conforme registros da participação de Luiz Inácio da Silva¹⁰, entre outros, em episódios ocorridos no Acre, com a eleição deste partido ao governo federal, a partir de 2003, através do Conselho Nacional dos Extrativistas (antigo CNS), os seringueiros obtiveram *status* privilegiado e influência em várias políticas de amplitude nacional, notadamente aquelas ligadas ao meio ambiente, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável de populações tradicionais.

Por outro lado, é notório que a proximidade dos seringueiros em relação ao PT e seus governos, especialmente o governo estadual, onde o partido está à frente desde 1999, embora tenha garantido acesso relativo a serviços de educação, saúde e certo apoio a produção, tende a uma situação de dependência assentida em relação aos agentes do capital e do Estado. Não fosse pela subversão de muitos, ao perceberem os desdobramentos de algumas propostas dos governos ou mesmo de organizações que supostamente os representariam, os seringueiros não passariam de meros trabalhadores para estes agentes. A conquista do direito de permanência na terra, através das Resexs e seu viés coletivista, se mostrou inovador, para além da filosofia individualizante do liberalismo. Entretanto, a dinâmica econômica nesta região, fruto das

articulações entre ruralistas, classe empresarial e o governo, tem trazido dificuldades para a manutenção da integridade da proposta de gestão territorial e ambiental destas áreas¹¹.

A introdução das Resexs como instrumentos de garantia de permanência na terra e, por conseguinte, garantia de direitos e da construção da Cidadania entre os camponeses, foi o maior feito da ação política de enfrentamento as forças que oprimem o campesinato brasileiro e limitam a Cidadania. É necessário, porém, ter clareza que este processo não está encerrado. Atualmente os seringueiros estão passando por adaptações, mudanças em decorrências de uma série de medidas impostas pela legislação ambiental por um lado, e da política econômica por outro. Embora não havendo mais a exclusividade e fidelidade partidária que se constatava no final dos anos 1990, o que é natural em condições democráticas, compreender a natureza da relação dos seringueiros com o PT é fundamental para compreender a atualidade da luta camponesa nesta parte da Amazônia. Este partido representou a oportunidade de inserção na arena política e eleitoral após praticamente um século de exploração e invisibilidade.

No Acre, as Resexs funcionaram como instrumento de diferenciação social e unidade territorial referencial para a concessão de direitos e de serviços públicos. Porém, perversamente, aqueles que não se encontram nestes territórios, não são reconhecidos como populações tradicionais e, portanto, permanecem na condição de posseiros, relegados à própria sorte e as determinações dos acontecimentos que levam à expansão do capital, como outrora ocorreu na região de nosso estudo, mas como acontece atualmente no Purus, no eixo da BR-364, manifestados na elevação do número de conflitos agrários.

Certamente o caso de Luzia, que não é o único por ali, não resistiria a uma crítica mais contundente em termos de igualdade de gênero, no âmbito familiar, tal qual ocorreria em relação à participação das mulheres nas disputas eleitorais e nos embates no interior do partido. Entretanto, não é desprezível que sua condição tenha sido notadamente ampliada na esfera pública, em relação às gerações que lhe antecederam, experimentando direitos sociais e almejando acesso à justiça. À sua filha, a realidade de exclusão da esfera pública e de clausura às vertentes de água e interior das cozinhas no ambiente doméstico, os quais viveram suas bisavós, é parte de um mundo inimaginável, não fosse pelos relatos que ouve das professoras e lideres comunitárias.

Sendo assim, não obstante as ambiguidades e contradições verificadas na atualidade da condição dos seringueiros, em relação ao período de sua inserção política no enfrentamento aos grupos historicamente dominantes do meio agrário brasileiro, pode-se afirmar que eles tanto contribuíram com o processo mais amplo de democracia experimentado no país, como as gerações atuais mantêm-se ativa, oportunizando-o politicamente e buscando autonomia. O que buscamos ressaltar é a constatação de que estes homens e mulheres se constituem sujeitos ativos durante o período recente de democracia. Isso deve ser estudado com maior profundidade, sobretudo diante do cenário de mudança de direção das políticas públicas voltadas ao campesinato de maneira geral, mas das comunidades e povos tradicionais mais especificamente.

Notas

1 – Durante pesquisa de mestrado e doutorado, em 2011-2012 e 2018-2019, respectivamente, mas também por atuação profissional entre o final da década de 1990 e 2008.

2 – Na classificação do IBGE, o município de Capixaba não está agrupado aos demais municípios, que correspondem à microrregião de Brasiléia. Entretanto, o mesmo integra este bloco, no que concerne ao recorte do Território da Cidadania do Alto Acre e Capixaba. A constituição deste Território, no âmbito de uma política do Governo Federal, em 2005, em

grande medida foi animada pelas administrações petistas na região, à época. Cabe destacar ainda, que assim como Epiritaciolândia (cujo território originou-se de desmembramentos de Brasiléia e Xapuri), este município foi criado em 1994 com parte de seu território derivado do município de Xapuri, razão pela qual utilizo esta referência espacial, visto que os embates iniciais do movimento seringueiro compreendia toda esta região.

3 – Nota do Tribunal de Justiça do Acre, de 05 de junho de 2014. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/noticias/erro-medico-comarca-de-xapuri-condena-estado-do-acre-ao-pagamento-de-indenizacao/>. Acesso em: março de 2019.

4 – Colocação é a unidade territorial de referência do seringueiro. Implantada em decorrência da exploração extrativista, dos chamados ciclos da borracha, as Colocações foram ressignificadas pelos seringueiros, articulando sua experiência camponesa e aprendendo práticas indígenas de convívio com a floresta (ALMEIDA, 2012).

5 – A seção Estatísticas Vitais, do DATASUS, registra 30 óbitos infantis no município de Brasiléia e 10 em Xapuri, no ano de 1980. Do total de Brasiléia, 14 teriam ocorrido em domicílio, os demais no hospital. Em Xapuri, os 10 óbitos teriam ocorrido no Hospital, sem nenhum registro em domicílio. No entanto, qualquer pessoa que conhecesse minimamente aquele município afirma que seria impossível não ter ocorrido óbitos infantis em domicílios situados nos seringais, naquele ano.

6 – Chegamos ao percentual de 73,5% através do cruzamento entre dados do DATASUS, que contabiliza o número de pessoas atendidas pelo Programa Saúde da Família e do IBGE, que com base no Censo, contabiliza a população rural total do município.

7 – Embora suas afiliações partidárias sejam mais diversificadas, a história recente do Acre registra várias candidaturas a cargos eletivos entre os indígenas Manchineri, Kaxinawá, Apurinã, Yawanawá, Ashaninka, entre outros, em âmbito estadual e municipal. Para um estudo que aborda tal temática, a partir do caso do município de Jordão (AC), ver Iglesias (2003).

8 – Ramais são as estradas vicinais que dão acesso ao interior das reservas extrativistas. Até meados da década de 1990 os caminhos que interligavam os seringais às cidades eram Varadouros, trilhas na floresta que não permitiam tráfego de veículos motorizados.

9 – “Paulistas” foi o termo com que se convencionou designar os imigrantes do centro-sul do país que se deslocaram para as regiões da frente de expansão da fronteira agropecuária na Amazônia, a partir dos anos 1960 (VELHO, 2009; MARTINS, 1981).

10 – Juntamente com Chico Mendes e outros seringueiros, Luiz Inácio Lula da Silva foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, acusados de motivarem o assassinato de um fazendeiro, em 1982, no município de Brasiléia. Em Xapuri, durante o velório de Chico Mendes, em 1988, Lula, assim como lideranças do Partido Verde, esteve presente e fez discurso onde vinculava a causa dos seringueiros à plataforma do PT.

11 – Por mais que tenha criado um discurso que buscou vincular seus governos (4 mandatos consecutivos no governo estadual – 1999/2018) ao movimento de resistência dos seringueiros, a Frente Popular do Acre, coligação liderada pelo PT, manteve uma política tributária favorável à expansão da pecuária bovina de corte, entre outras contradições verificadas (ARAÚJO, 2018).

Referências

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais – Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Tese de Doutorado apresentada ao CDS. UnB/Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental. Brasília: UNB, 2002.

ALMEIDA, M. W. B. As colocações: forma social, sistema tecnológico, unidade de recursos naturais. In: **Mediações, Londrina, v.17, n.1, (Dossiê – Amazônia: sociedade e natureza).** p. 121-152, Jan./Jun. 2012.

ARAÚJO, J. M. Subserviência na política tributária e a monopolização de territórios camponeses pela pecuária na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Perú. In: **Libro de Actas: XII Reunión de Antropología del Mercosur – RAM. Experiencias etnográficas, desafíos y acciones para el siglo XXI.** Posadas: Ana Maria Gorosito, 2018. Disponível em: www.ram2017.com.ar. Acesso em: julho de 2018.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 14ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92).** Tradução de Rosa Freire d'Aguiar – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec. In: PALMEIRA, M. e BARREIRA C. (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo Antropologia da Política/UFRJ, 2004. pp. 51-86.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em psicossociologia de comunidades e ecologia social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

FERNANDES, M. I. **PT: A expressão política de amor ao Acre.** Natal: Offset Editora, 2018.

GOLDMAN, M. **Como funciona a democracia – Uma teoria etnográfica da política.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GRENZER, M. **Chico Mendes como vereador xapuriense (1977-1982).** Dissertação de Mestrado em História Social – Pontifícia Universidade Católica – PUC. São Paulo: PUC, 2013.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IGLESIAS, M. P. Ocupando e comprando para construir o território: estratégias Kaxinawá para o reconhecimento e a regularização de novas terras indígenas no Município de Jordão, Estado do Acre. In.: **Anais do XXVII Encontro Anual da ANPOCS. GT Povos Indígenas. Caxambu (MG): 2003.** Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-27-encontro-2/gt-24/gt15-20/4243-miglesias-ocupando/file>. Acesso em abril de 2019.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, J. P. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PALMEIRA, M. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, M. e HEREDIA, B. M. A. (orgs.). **Política ambígua.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010. pp. 15-26.

PAULA, E. A. **Seringueiros e sindicatos: um povo de floresta em busca de liberdade.** Rio Branco: Nepan Editora, 2016. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/0B6Mww05mr7YbekJWYU9NOGljQVk/view>. Acesso em março de 2017.

PAULA, E. A. e SILVA, M. C. R. Sindicalismo Rural, Poder Local e Ambientalismo na Terra de Chico Mendes. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, FAFICH/ Belo Horizonte-MG**, 31 de maio a 3 de junho, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/Jo%C3%A3o/Downloads/sbs2005_gt11_elder_de_paula%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Jo%C3%A3o/Downloads/sbs2005_gt11_elder_de_paula%20(2).pdf). Acesso em agosto de 2018.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente: [s.n] 2004.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento**. [online] Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2009, 243p. ISBN 85-99662-92-2 Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em fevereiro de 2018.